

Patriarcado e Violências no ambiente universitário.

Josélia Barroso Queiroz Lima, UFVJM, Minas Gerais, Brasil

Kíria Silva Orlandi, DEAM, Minas Gerais, Brasil

Desnaturalização, OUniversidade, Redes.¹

Este artigo objetiva partilhar a experiência do projeto de extensão **Rede de Proteção Contra a Violência à Mulher: rompendo a violência, o silêncio e a invisibilidade** vinculado a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em parceria com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Diamantina, juntamente com o Programa de Extensão Rede de Mulheres da UFVJM.

Há 8 anos, desenvolvemos ações de prevenção, combate e enfrentamento à violência de gênero. Na região mineira, marcada pela colonização extrativista e escravagista, que se configura com intensa atividade rural. O projeto objetiva retirar da invisibilidade situações de violências: doméstica e familiar contra a mulher, sexual e homotransfóbica. Intervimos no ambiente universitário que atende a população do Jequitinhonha, secularmente composto por grupos vulneráveis, com históricas demandas por reparação de direitos e acesso às políticas públicas afirmativas. Interconectadamente, lidamos com os atravessadores de raça, gênero e classe. Divulgamos informações sobre identificação das violências, modos de denúncia e acolhemos demandas de proteção e tomada de providências.

Decorrente do fazer como docente pesquisadora e extensionista, colocamos em discussão os “inimigos internos” (hooks, 2019), ou seja, como internalizamos racismo e sexismo e reproduzimos cotidianamente violências que reificam os valores patriarcais. Visando enfrentar e combater violências tornadas culturais, realizamos investigações junto ao Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais, como docente permanente, desde 2016, mulher branca, psicóloga, orientadora e co-orientadora de pesquisas, e como professora do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (2014-2019) e do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas- Políticas Públicas (2019...) nesses fazeres, problematizamos o contexto social, político, econômico e ideológico do

¹“Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)”

Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil e, sobretudo, das comunidades rurais, em sua maioria não-brancas, historicamente feitas desiguais pelo Estado brasileiro, e vamos identificando como a hegemonia cristã oculta o longo processo de violências coloniais que a ele subjaz.

Neste trabalho, em específico, refletimos e apresentamos os resultados do processo vivido no projeto de extensão, que inclui a existência de procedimentos administrativo e criminal contra um professor universitário por assédio sexual face às estudantes universitárias. Bem como, a intervenção junto à mulheres trabalhadoras terceirizadas, que atuam na limpeza da UFVJM, constituindo um espaço dialógico, que rompe a invisibilidade e o silêncio dirigido a elas.

Na luta política pelo enfrentamento à violência e à desigualdade de gênero no cenário universitário, compusemos trabalhos de extensão em rede, tendo o projeto sido convidado para comissões instituídas junto a UFVJM visando organizar legalmente um fluxo de tomadas de providencias, evitando que as demandas desaparecessem na burocracia de diversos setores.

Não obstante, sendo a universidade um espelho da realidade social hierarquizada e patriarcal, não houve interesse/empenho na concretização de ações reais, formalizadas capazes de acolher e fazer frente às violências de gênero no ambiente universitário.

Ainda, assim, continuamos as ações em rede, constituindo o Programa de Extensão Rede de Mulheres da UFVM (desde 2023) integrando ações que possam mobilizar reflexões, críticas e posturas capazes de modificar a cultura patriarcal naturalizada no ambiente educacional universitário, onde as hierarquias sociais justificam e legitimam diferentes formas de violências às mulheres.

Breve retomada histórica do projeto em imagens...

Até que enfim, alguém teve a sensibilidade de notar que nós faxineiras somos importantes, porque muitas vezes, não fomos notadas, as pessoas só nos notam quando precisam. Esta é a nossa opinião, pois não estamos nas outras reuniões. Registro de uma participante do grupo Mulheres Guerreiras da UFVJM

O trabalho de extensão nasce da necessidade de enfrentar violências vividas pelas estudantes universitárias no contexto diamantinense, pela aproximação da vice

coordenadora do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU)² e docente responsável à época (2017) pelas unidades curriculares Psicologia Social e Políticas Educacionais, com o trabalho da Delegacia de Atendimento Especializado ao Atendimento da Criança, do Adolescente e da Mulher, de forma a garantir proteção e acolhimento a uma vítima de violência sexual.

Nos artigos *O poder masculino na esfera da universidade pública* (2017), *Rede de proteção à mulher: rompendo com a violência, o silêncio e a invisibilidade* (2020), *Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam as violências* (2021) registramos, refletimos e divulgamos o que temos produzido no percurso de desnaturalizar o cotidiano acadêmico universitário/escolar, mobilizando a crítica de práticas sociais hierarquizantes, entendendo que o sistema patriarcal estrutura, silenciosamente, os comportamentos e os papéis sociais de gênero.



Foto 01e 02- acervo do projeto

² Em 2017, quando iniciamos a parceria com a Delegacia de Atendimento Especializado a Mulher, de Diamantina, o Curso BHU no qual ocupávamos o cargo de vice coordenadora, atendia em média 900 estudantes, num modelo universitário que rompia a lógica disciplinar e garantia acesso à universidade a grupos historicamente excluídos da mesma. Para mais saber ler: História do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades no bojo da expansão das universidades públicas federais no Brasil. Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais <https://doi.org/10.53282/SULSUL.V2I02.898>

Acima os banners comemorativos dos 7 anos do projeto (fotos 01 e 02), com memórias fotográficas das ações promovidas pelo Projeto de Extensão Rede de Proteção Contra a Violência à Mulher. No primeiro da esquerda para a direita, na foto superior, vê-se a coordenadora e docente Josélia Barroso Queiroz Lima e ao fundo, as estudantes e trabalhadoras, num encontro realizado na Ágora, no Centro de Humanidades, da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, no campus JK, Diamantina, Minas Gerais, Brasil. Na foto inferior, a delegada da Polícia Civil de Minas Gerais, Kíria Orlandi, com as trabalhadoras do Campus 1, e os depoimentos selecionados de avaliações feitas pelas mulheres sobre a participação no projeto.

No banner da direita, fotos de diferentes momentos e realizações do projeto, envolvendo o cartaz divulgado no prédio da Reitoria da UFVJM, no qual foi exposto fotos das trabalhadoras e dizeres ouvidos por elas, em situações cotidianas do trabalho como faxineiras; como por exemplo: professores que ao chegarem em sala, se deparavam com elas e diziam “*Não tem ninguém aqui*”. O objetivo do cartaz e o local de sua exposição foram, estrategicamente, discutidos no grupo das trabalhadoras do campus JK, visando romper a invisibilidade das mulheres e mobilizar a reflexão dos servidores públicos sobre o que dizem e como as tratam no dia-a-dia da academia.

Ainda no banner, temos diferentes estudantes que participaram como bolsistas do projeto, bem como a participação do artista e professor Flávio Rabelo, com o qual fizemos parceria com peças teatrais e exposições para debater o tema da violência, tais como a representação teatral do livro Olhos D’água, de autoria de Conceição Evaristo e a exposição “Comigo ninguém pode”, retratando imagens e formas de visibilizar mulheres. Pelas parcerias, entendemos a arte como forma de resistência, como uma linguagem diferenciada para difusão e problematização dos temas: gênero e violência.

Em 2025, produzimos algumas memórias sobre o trabalho que temos feito há 7 anos com as trabalhadoras terceirizadas, responsáveis pela limpeza da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O processo de aproximação com elas adveio da necessidade de divulgar informações contra a violência à mulher, nos banheiros femininos da UFVJM. Para que o material divulgado fosse mantido, o servidor administrativo, então responsável pela administração do campus, nos orientou a fazer uma reunião coletiva com as trabalhadoras da limpeza. Assim, surgiram as rodas de conversas com as trabalhadoras.

Em relação a elas, uma questão que permeia a ruptura do silêncio é a nomeação das participantes do projeto. Temos dialogado como, mesmo a equipe do projeto Rede

de Proteção não se apropriou dos nomes das participantes, pois há rotatividade das que participam, uma vez que os encontros mensais não são obrigatórios, mas sim, um espaço disponibilizado a elas como lugar de escuta, reflexão e até mesmo descanso. O uso do crachá é significado por elas como um dificultador. E temos pensado formas de garantir que elas sejam conhecidas e chamadas por seus nomes. Entendemos que Não nomear, é também silenciar e invisibilizá-las.

Mensalmente, reunimos com dois grupos de mulheres, as que trabalham no campus JK, maior campus de Diamantina, localizado fora do centro urbano diamantinense e as que trabalham no campus 1, o mais antigo da UFVJM. As primeiras estão envolvidos no projeto destes 2018, e em 2024, as trabalhadoras do campus 1, localizado no centro de Diamantina, solicitaram que os encontros fossem realizados também com elas.

O que mobiliza as discussões: filmes textos, temas levantados por elas, mas, sobretudo, temas que permitem entender que: *não nascemos mulheres nos tornamos!* ‘A mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala; [...] Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes expressão concreta. (Beauvoir, 2016, p. 17).

No contexto hierarquizante do ambiente universitário, aos poucos, vamos construindo redes e formas de enfrentamento que possibilitam, dentro do cotidiano de trabalho, um espaço de reflexão sobre o vivido. O registro do projeto via o PIBEX- programa de custeio de projetos de extensão da UFVJM- tem garantido recursos financeiros para o deslocamento das trabalhadoras, em veículos oficiais, visando à realização das reuniões e rodas de conversas. Mais ainda, garantimos que as chefias imediatas as liberem, dentro do turno, para os encontros. Desde 2024, outro projeto_ Rodas de Conversas Terapêuticas, também aprovado pelo PIBEX/UFVJM, vem desenvolvendo atividades com as mesmas.

Nas fotos abaixo (03 e 04), apresentamos dois registros diferentes, a primeira da atividade com a Roda Terapêutica, desenvolvida pelas acadêmicas Ana Paula e Isabela Jardim, junto com as trabalhadoras do e no Campus JK, a segunda, com a Delegada Kíria Orlandi, num diálogo com as trabalhadoras do Campus 1, ambas realizadas em 2024.



Fotos 03 e04 Atividades das Rodas de Conversas- acervo do projeto ano 2025.

Nos encontros dialógicos, vamos refletindo sobre os múltiplos condicionantes que constituem o torna-se mulher. E no contexto diamantinense, marcado por séculos de exploração escravagista, no qual racismo e sexismo se fazem silenciados na moralidade cristã, vamos conversando sobre o funcionamento hierarquizante que edificam as relações sociais e que se expressam na invisibilidade dirigida a elas- trabalhadoras da limpeza. Daí porque, nas produções comemorativas dos 7 anos, procuramos dar publicidade aos registros fotográficos que o projeto veio acumulando no percurso do trabalho.



Foto 05- acervo do projeto, dezembro de 2025

Na foto (05) acima, registramos o encontro realizado em dezembro de 2025, quando a, então bolsista do projeto, Elivânia Cristina Rodrigues, lia uma carta de despedida dirigida as mulheres. No ambiente, os banners produzidos que foram apresentados em diferentes eventos científicos, nos quais divulgamos as ações da extensão. Nessa despedida, também conheceram a nova bolsista Ana Paula Rodrigues Santos.

O critério para compor a equipe do projeto é ter sido estudante, vinculada a alguma unidade curricular, ministrada pela docente e coordenadora do projeto Rede de Proteção Contra a Violência à Mulher. Posto que, assim, podemos garantir que temas como violência patriarcal, desigualdade social, sexual e racial componham a formação acadêmica da estudante vinculada.

Na foto (06) abaixo, a equipe do projeto e as mulheres trabalhadoras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, celebrando a finalização do ano de 2025 e a abertura dos trabalhos do ano de 2026.



Foto 06- acervo do projeto, dezembro de 2025

Na organização das ações do projeto, as bolsistas vinculadas são também apresentadas à equipe da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher- DEAM, pois compõem as ações do projeto a possibilidade de acessar rapidamente providências junto à DEAM, em caso de denúncia; ou busca por informações sobre situações que configurem violência à mulher.

Por se tratar de uma parceria que envolve divulgação de informação, produção de ações reflexivas, produção de ações institucionais que promovam a mudança cultural dos valores patriarcais naturalizados e internalizados, a aproximação entre equipes é fundamental. Nesse sentido, via meios digitais- instagram, email, e whatsapp, meios

alimentados e acompanhados pela bolsista do projeto, que é também responsável por compor as artes de divulgação do que fazemos.

Os bastidores do projeto... As violências vividas por estudantes...

Para colocar os bastidores que mobilizaram o projeto de extensão, traremos trechos do artigo já publicado- *Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam as violências (2021)*:

O artigo visa refletir e documentar parte do processo educacional que venho construindo nas unidades curriculares, à medida que se debruça sobre a desnaturalização do pensar cotidiano e abre a perspectiva de narrativas que foram silenciadas serem narradas, discutidas, transformadas em ações públicas no interior da UFVJM e fora dela. Visa, ainda, analisar como na desnaturalização do cotidiano social, evidenciamos a *Arquitetura Silenciosa da Violência*. O título deste artigo resulta do trabalho construído em conjunto com a equipe da Delegacia de Atendimento a Mulher, de Diamantina, MG, Brasil, a saber delegada Kíria Orlandi Silva e as agentes de polícia: Larissa Rosa Felício e Celma Pinheiro Cordeiro. Numa viagem ao Campus Teófilo Otoni, UFVJM, faríamos uma palestra discutindo sobre os 12 anos de comemoração da Lei Maria da Penha, a convite do Observatório de Direitos das Mulheres, coordenado pela professora Claudilene Costa Ramalho. No diálogo com a equipe da DEAM/ Diamantina/ MG, sobre a violência doméstica, e na organização do nosso trabalho junto ao Observatório, o tema título da palestra foi um *insight*, motivando outras ações e reflexões, bem como a ideia deste artigo .

Ao discutir o fazer educacional que desenvolvo, seja por meio do ensino, pesquisa ou extensão, quero focar em três trabalhos educacionais, de três acadêmicas mulheres, duas negras, uma branca, que em comum viveram violências sexuais e simbólicas. Elas conseguiram romper com o silêncio e no laboratório promovido pela dor, emergiram formas diferentes de enfrentamento que as levaram à condição de sujeito-de-si. Como argumenta Galeano (2017)6: “Na história, como na natureza, a podridão é o laboratório da vida”. As diferentes formas de violência contra a mulher revelam séculos de relações de poder que nos objetificaram e que, silenciadas e veladas em diferentes discursos, remetem ao passado de aculturação social, promovida por um processo de colonização religiosa, branca, eurocêntrica e patriarcal, fundamentalmente marcado por violências. Ao nomear o artigo de *Arquitetura Silenciosa da Violência*, assumo a postura de discorrer sobre como o tabu tem sido o elemento estruturante da arquitetura que mantém silenciada e retroalimentada a naturalização simbólica e ritualista da cultura, que reifica a hierarquia patriarcal internalizada. LIMA[et al].2020, p 187,188.

No enfrentamento das violências vividas pelas acadêmicas da UFVJM, na parceria estabelecida junto à DEAM/ Diamantina, temos promovido debates, ações interventivas, aulas públicas, *lives*, rodas de conversas, articulando fazeres com outros

projetos, como o Observatório dos Direitos das Mulheres, o Roda de Conversas Terapêuticas, o programa de extensão Rede de Mulheres da UFVJM, visando proteger e mobilizar redes de proteção às mesmas.

Nesse sentido, antes mesmo da promulgação, em âmbito federal, da lei contra o assédio sexual no ambiente universitário, Lei nº14540/23, buscamos mobilizar ações educacionais pela e para a mudança cultural dos valores patriarcais, como dispõe a lei Maria da Penha (Lei 11340/06), em seu artigo 8º VIII:

A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

(...)

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

Fomos participes, ainda, de reuniões internas da UFVJM, para discutir uma resolução contra o assédio sexual e um protocolo institucional para implementar concretamente a legislação, num movimento que antecedeu a aprovação pelo Conselho Universitário da UFVJM, da Resolução 04, de abril de 2024. Entretanto, mesmo com as reuniões entre projetos, a ouvidoria da UFVJM, e a diretoria de governança, a resolução aprovada em abril de 2024, não contemplou as discussões realizadas, nem mesmo garantindo a existência do protocolo institucional. Não obstante, a continuidade do nosso fazer almeja as redes articuladas que possam promover transformações culturais.

Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: a proteção em redes múltiplas faces³.

O percurso desse trabalho de extensão tem nos permitido construir redes de enfrentamento à violência no interior da UFVJM. No ano de 2024 registramos, coletivamente, o programa de extensão Rede de Mulheres da UFVJM, que articula mais de quatro projetos de extensão distintos, mas que tem a temática de gênero como foco central ou tangenciado.

³ Título do trabalho apresentado em 2025, no Congresso de Extensão da Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM)

A instituição da já mencionada Lei 10540/2023, que determina o enfrentamento das múltiplas violências dentro do âmbito universitário e da federação, fortaleceu a articulação em rede. E via o Núcleo de Orientação Sócio educacional contra a violência à mulher- NOS, vamos alcançando diferentes espaços de diálogos com mulheres trabalhadoras terceirizadas da limpeza, centros acadêmicos dos cursos da UFVJM, Ouvidoria, Diretoria de Governança intensificando ações que visam romper com a invisibilidade das violências que permeiam o cotidiano da esfera pública universitária (LIMA,2017).

Desde 2023, mobilizamos ações de escuta de estudantes e em 2024, provocamos a rede externa da UFVJM, por via da notificação pública de situações de violência sexual no âmbito acadêmico.

A notificação revelou o processo de desnaturalização do “ *privilégio do macho*”. Há no ato de notificar, medo, desconforto, mas há, sobretudo, a mobilização das forças- internas e externas à UFVJM- que buscam proteger as vítimas das múltiplas formas de manutenção das violências a elas dirigidas, especialmente, aquelas que compõem a cultura brasileira de negar o abuso de poder do agressor.

Portanto, foi nesse contexto, que, juntamente, com a docente do Instituto de Ciências Tecnológicas, professora Anamaria Oliveira, constituímos o Programa de Extensão: Rede de Mulheres da UFVJM, na qual reunimos docentes, técnicas administrativas, extensionistas ou não, para ampliar a rede de enfrentamento à violência a mulher nos campus da UFVJM.

O Programa de Extensão "Rede de Mulheres UFVJM" está registrado na Pró-Reitoria de Extensão sob o número de inscrição 202104000113. Como docentes estamos ainda vinculadas à ‘Campanha Assédio Zero’, da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC).

Em 2025, numa aproximação com o NEABI, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da UFVJM, apresentamos um projeto intitulado "Educação em Direitos Humanos na Perspectiva de Gênero, Raça e Classe: formação continuada de educadores cidadãos no Alto Vale do Jequitinhonha", curso de aperfeiçoamento ofertado pela UFVJM em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). A ação extensionista foi aprovada pela SECADI em 09/04/2025 e encontra-se registrada na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) com o seguinte número de inscrição: 202203001296.



Cartaz de março de 2026



Foto 07 acervo do projeto, março de 2026

Material de divulgação da capacitação dos tutores do Curso de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos, foto (07) do encontro de capacitação, março de 2026, acervo do projeto.

O Curso de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos na perspectiva de gênero, raça e classe entrou em execução em março de 2026, articulando o acúmulo de saberes que nos levam a entender que, o trabalho educacional em rede implica muitos olhares, múltiplas linguagens, capazes de evocar memórias sociais de solidariedade, de organização, que possam romper com a hegemonia da supremacia branca, no reconhecimento da pluridade étnico, racial, cultural, religiosa que compõem o povo brasileiro. Como partícipes do Curso incluem-se 6 municípios, localizados no alto Jequitinhonha: Diamantina, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino, Datas, Gouveia e Veredinha. Ao todo, matricularam-se 248 cursistas, uma equipe de 15 tutores, 2 professores conteúdistas e pesquisadores, além da coordenação administrativa e pedagógica.



Cartaz de abertura do evento e Foto 08 da abertura ocorrida em 27 de março de 2026, acervo do projeto.

A abertura do Curso de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos na perspectiva de Gênero, Raça e Classe contou com a participação do diamantinense Evandro Passos, dançarino de dança afro-brasileira, que assumindo sua identidade negra, mobilizou a reflexão do papel social da educação em transgredir séculos de violências patriarcais, raciais que oprimem, sufocam, restringem afetos, saberes, fazeres ao hierarquizar-nos socialmente, sexualmente e racialmente pelas violências.

Ao trazer sua história de vida no contexto diamantinense, resgatou o poder das relações familiares, que assumindo a negritude, produziu a força capaz de produzir rupturas numa sociedade racializada e estratificada como a diamantinense. Retomou o papel da arte, quando narrou seu encontro nos anos 70, do século XX, com a gravação/produção do filme *Chica da Silva*, dirigido por Cacá Diegues e protagonizado por Zezé Motta; em tal contexto, pôde ver homens e mulheres negros entrarem em lugares de Diamantina, que diamantinenses negros, não se ‘permitiam’ entrar. Pela arte e na arte, Evandro Passos foi/ é educado como homem negro, rompendo os limites geográficos, sociais e culturais.

Transgredir as violências patriarcais implica em tirar do silêncio/ silenciamento e da invisibilidade séculos de educação formal e informal que reificam as hierarquias sociais. Hierarquias edificadas pelo racismo e sexismo, inimigos internos (hooks, 2019) produzidos pela e na moralidade cristã colonial; internalizadas e retroalimentadas em ritos cotidianos, escolares ou não, mantidos, ainda, em nosso imaginário social.

No encontro com Evandro, pudemos fazer reafirmar a importância da arte, das relações afetivas e das interações educacionais, dos conhecimentos na promoção de outros imaginários, ritos e saber/fazer necessários à democratização social do país, sobretudo, no território do Jequitinhonha, onde sujeitos negros e não brancos são maioria.

Em sua aula, em seu depoimento e em seu fazer, pudemos entender, como argumenta hooks (2019,p.56), que:

Ao evidenciar o patriarcado psicológico, vemos que todos estão implicados e ficamos livres da percepção equivocada de que os homens são o inimigo. Para acabar com o patriarcado, precisamos enfrentar suas manifestações na vida cotidiana, tanto as psicológicas quanto as concretas. Existem pessoas que conseguem criticar o patriarcado, mas não são capazes de agir de maneira antipatriarcal.

Para acabar com a dor dos homens, para responder efetivamente à crise dos homens, precisamos nomear o problema. Precisamos reconhecer que o problema é o patriarcado e trabalhar para acabar com o patriarcado. Terrence Real oferece esta percepção valiosa:” A reivindicação da plenitude é um processo ainda mais pesado para os homens do que tem sido para as mulheres, mais difícil e mais profundamente ameaçador para toda a cultura”. Para que os homens se apropriem da bondade essencial do ser masculino, para recuperarem o lugar de solidariedade e expressividade emocional que é a base do bem-estar, devemos conceber alternativas à masculinidade patriarcal. Todos devemos mudar.



Cartaz de Divulgação do evento, realizado em 09 de março de 2026.

Ressalta-se ainda que, na abertura dos trabalhos oficiais do Projeto de Extensão Rede de Proteção Contra a Violência à Mulher: rompendo a violência, o silêncio e a

invisibilidade⁴, em março de 2026, realizamos a roda de conversa: ***Da militância à responsabilização***, objetivando evidenciar o papel do testemunho em caso de denúncias de assédio, partindo do vivenciado no interior da UFVJM, pela ação do Núcleo de Orientação Socioeducacional Contra a Violência à Mulher.



Fotos (08 e

09) acervo do projeto Rede de Proteção Contra a Violência à Mulher, março de 2026.

Mesa composta pela Delegada Kíria Silva Orlandi, pela Coordenadora do Projeto Rede de Proteção Josélia Barroso Queiroz Lima, pela ex-bolsista do projeto, a acadêmica Elivânia Cristina Rodrigues, pela ouvidora da UFVJM e presidente do COMVIDAS, a servidora, Carolina Santos Almeida (Foto 08). Atividade realizada no auditório da Reitoria, no campus JK, em Diamantina, Minas Gerais, envolvendo docentes, discentes, pro reitoria de assuntos acadêmicos e educacionais (PROAAE), reitoria (Foto 09).

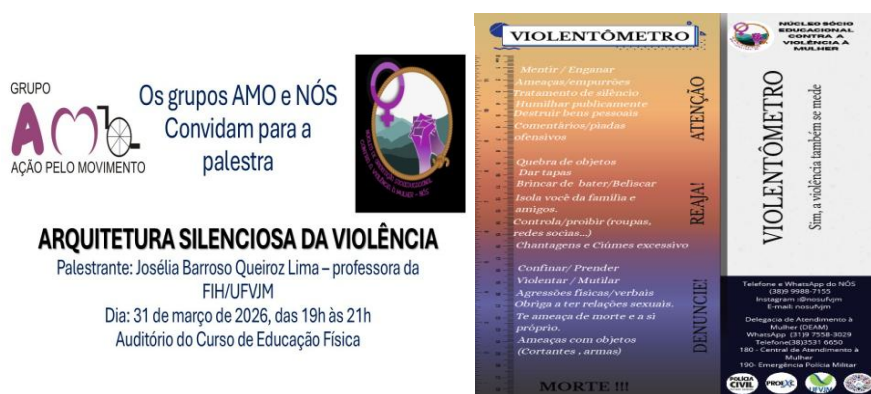
Nesse encontro retomamos as memórias do caso de assédio sexual, denunciado pelo Núcleo de Orientação Socioeducacional Contra a Violência à Mulher, em 2023. Momento no qual foi cobrado ao representante máximo da administração da UFVJM, o então, professor/ reitor Heron Bonadiman que garantisse a inserção da unidade curricular: *Atendimento e Identificação de Grupos Vulneráveis vítimas de Violência* junto ao Curso de Medicina, e, ainda, que se efetivasse a publicação do protocolo contra o abuso sexual, dentro da UFVJM, dando concretude, assim, à implementação da resolução 04.do CONSU, de abril de 2024.

⁴ Projeto PIBEX/UFVJM registro numero202606000112

O evento visou implicar no coletivo da UFVJM a responsabilização sobre a mudança cultural e educacional, na construção de relações educacionais equitativas, além de explicitar o entendimento de que não basta falar, é necessário manter uma postura de sustentar e afirmar o compromisso com a construção de um cotidiano social no qual o enfrentamento dos tabus culturais que silenciam e invisibilizam as violências fossem rompidos, pois constituir redes de proteção implica o posicionamento de todos na tessitura social por igualdade e justiça.

Considerações finais...

A tessitura do novo implica múltiplos fazeres e diversas formas de provocar outro consenso social. Nas imagens abaixo, ilustramos meios pelos quais e com os quais temos feito intervenções no contexto universitário. A aula pública: *Arquitetura Silenciosa da Violência*, realizada junto aos cursos Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação Física e o Bacharelado Interdisciplinar em Políticas Públicas e Gestão Social, numa parceria com a professora Flávia Gonçalves da Silva, Grupo Ação pelo Movimento e o *Violentômetro*, medidor da violência, informativo dirigido às mulheres como forma de chamar a atenção para comportamentos abusivos capazes de levar ao feminicídio.



Material de divulgação da aula pública, realizada em março de 2026 e material de divulgação permanente sobre indicadores de violência *Violentômetro*, divulgado nos banheiros dos campi da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

Não basta a formalização legal para mudar a cultura; porém, sem normatização não é possível exigir que o que foi silenciado, violado e invisibilizado seja nomeado, reconhecido, para que se busque a reparação dos danos com os quais convivemos e eventual punição dos responsáveis.

Mudar requer educar para a diversidade, revendo hierarquias, privilégios e valores que reificam o patriarcado, que sustentam as idéias de propriedade, posse, subalternidade necessárias à manutenção do modo de vida capitalista.

Mudar exige o anúncio e ações de outras formas possíveis de existência. Portanto, redes de apoio e solidariedade são, pois, imprescindíveis, posto que não se constrói novas sociabilidades na solidão. E se não temos o ideal desejado, necessitamos nutrir afetos capazes de vislumbrar e fortalecer os passos que nos levarão ao que almejamos: relações igualitárias, humanizadas, onde homens e mulheres, independente de raça, credo, ou classe possam conviver em condições de respeito e reconhecimento dos seus múltiplos possíveis.

No argumento de Federici (2022), construir redes é tecer relações comunitárias necessárias ao enfrentamento da barbárie que o sistema capitalista neoliberal tem imposto ao mundo ocidental e que se retrata na violência dirigida à mulher. Redes de solidariedade podem nos levar a reencantar o mundo. Conforme a autora:

É impossível, de fato, defender os direitos comunitários existentes sem criar uma nova realidade, isto é, novas estratégias, novas alianças e nova forma de organização social. Uma mina é aberta, ameaçando o ar que as pessoas respiram e a água que bebem, perfurações são feitas em águas costeiras para extrair petróleo, envenenando o mar, as praias e as terras agrícolas; um bairro antigo é devastado para abrir espaço a um estádio- imediatamente, um novo perímetro é estabelecido. Reestruturam-se não só as comunidades como também as famílias, e muitas vezes em direções opostas, pois tais ameaças têm um efeito de conscientização, exigindo que todos tomem uma posição e definam seus princípios de comportamento social e ético. (FEDERICI, 2022, p 30)

Referências Bibliográficas:

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*. 3 ed. Rio de Janeiro: NovaFronteira, 2016.
FEDERICI, Silvia. *Reencantando o Mundo: Feminismo e a Política dos Comuns*. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2022.

hooks, bell. *Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LIMA, Josélia Barroso Queiroz. *O poder masculino na esfera da universidade pública*. Rev. Universidade e Sociedade. Ano XXVI n.60. jul. 2017.

LIMA, Josélia Barroso Queiroz; STOCCO, Aline Faé; SILVA, Kiria Orlandi. *Rede de Proteção Contra a Violência à Mulher: rompendo com a violência, o silêncio e a invisibilidade*. In: O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2, volumes, páginas: 233 - 244, Organizadores: - Soraya Araujo Uchoa Calvacanti1 ed., Ponta Grossa, Atena Editora

LIMA, Josélia Barroso Queiroz [et al]. *Arquitetura Silenciosa da Violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências*. v. 3 n. 12 (2020): REBEH V.3 N.12 (2020)

LIMA, Joselia B.Q. *Círculos concêntricos: a arquitetura da violência- enfrentando o inimigo interno*. X Congresso Internacional de Agroecologia. Viseu. Portugal, 2024
Disponível in: <https://events.ipv.pt/xcia/>